

## ***A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO***

---

**ELIANA CALMON ALVES\***

*Juíza do Tribunal Regional  
Federal da 1ª Região*

Passado um lustro de existência, é tempo de balanço.

Tenho, pois, a tarefa de prestar contas pelo aniversariante que, nascido da vontade política do legislador constitucional de 88, instalou-se como tribunal em 30 de março de 1989. E sem passado ou história, coube a nós, juízes, servidores e comunidade judiciária desta vasta Região, traçar o perfil desta casa, moldando-o sobre um rico manancial de tradição jurídica, herdado do grande tribunal que se foi, o Tribunal Federal de Recursos.

Por tudo que aqui vivi, sofri e realizei, quando da tarefa de resolver o passado, cai sobre mim "banzo dolente", porque bem sei que daqui por diante não será fácil dar continuidade a um trabalho árduo e anônimo, cujo resultado mais parece uma gota d'água num contexto social em ebulição.

Acode-me, então, o que disse Montesquieu sentir um dia:

"Já quase chego ao momento em que devo começar e findar, ao momento que desvela e arrebatava tudo, ao momento misturado de amargor e alegria, ao momento em que perderei as minhas fraquezas mesmas".

*Dos feitos e não feitos posso fazer os seguintes registros:*

Sob o ângulo político, temos o depoimento do Sr. deputado Nelson Jobim expresso no parecer às propostas revisionais e que tomou o



---

\* Ministra do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 30/6/1999.

ALVES, Eliana Calmon. A crise do poder judiciário. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 abr. 1994. Caderno Direito e Justiça, n. 11310, p. 3.

nº 29. Para sua Excelência, o desempenho dos Tribunais Regionais Federais traduz a feliz inovação da Constituição de 1988, por aproximarem-se *das* realidades do cotidiano da vida nacional, ao tempo em que dinamizaram o trabalho da segunda instância da Justiça Federal.

A boa atuação dos aniversariantes de hoje, valeram-lhes estabilidade na fragilizada estrutura constitucional, sendo mantidos no mesmo diapasão, com pequeníssima alterações na área de competência.

Na avaliação interna da Justiça Federal, chegada foi a hora de radiografar-se a instituição, na busca de um diagnóstico da sua identidade. E nessa busca procedia pelo Conselho da Justiça Federal, ainda em fase elaborativa, já se pode afirmar o seguinte:

1) o acréscimo de ações propostas na Justiça Federal, após a regionalização, levou à perda de qualidade do serviço prestado;

2) o volume de demandas foi provocado menos pela maior facilidade de acesso à Justiça e muito mais pelos desmandos governamentais, expressos nos diversos planos econômicos editados nos últimos anos;

3) *estresse dos* Juízes Federais como seqüela da excessiva carga de trabalho, com dificuldade para exigir-se a atualização e aprimoramento dos profissionais; e

4) a prestação jurisdicional apresenta-se ruim e demorada, o que gera a incompreensão da comunidade jurídica.

As duas visões levam a uma reflexão: não estamos bem, mas não precisamos mudar na estrutura constitucional.

Há mais de um ano, quando proferia aula inaugural no Centro de



Estudos Judiciários, disse o Ministro Francisco Rezek:

"(...) as perdas de qualidade na relação entre a comunidade jurídica e a sociedade brasileira, se prolongarem, serão de difícil reparação mais tarde".

Presentemente, os juízes federais de todo o País, reunidos em Brasília para refletirem sobre a instituição, elaboraram um documento, cujo resumo será dentro de poucos dias divulgado pela imprensa. Concluíram os julgadores:

"O Poder Judiciário, no Brasil, não tem conseguido dar respostas rápidas e satisfatórias às demandas das partes, em razão de fatores diversos, dentre os quais se destaca o número excessivo de ações provocado pela administração dos poderes públicos e pela insuficiência ou ineficiência dos textos legislativos."

O mesmo documento propõe, dentre diversas soluções, a introdução de planejamento estratégico para as ações dos diversos órgãos judiciais, desde o aperfeiçoamento das formas de seleção de pessoal e avaliação de desempenho funcional, até a adoção de providências que facilitem o acesso à Justiça.

Para tanto, pregam os magistrados a necessidade de ser a sociedade esclarecida dos atos judiciais, da utilização de linguagem acessível pelos julgadores e de maior aproximação dos Juízes com as partes e procuradores.

Conclui-se, do que foi dito e será divulgado, que os magistrados sentem que a Justiça não está bem e que é preciso mudar.

Pessoalmente, como partícipe do trabalho de diagnóstico,

entendo que um grande passo foi dado, pois rompeu-se, fora da mera verbalização, a secular tradição da mordança do magistrado quanto às suas próprias culpas; afastou-se a inusitada postura do "magister dixit" e, o que é melhor, sentiu-se que a magistratura não é só poder, mas também dever. E, dentro dele, o dever de prestar contas aos jurisdicionados.

Se, por um ângulo, é louvável a nova postura da magistratura federal, por outro, entendo que o exame introspectivo, o "mea culpa", a revelação do segredo de polichinelo, não será suficiente para alcançar-se a credibilidade institucional que está sendo exigida da Justiça Brasileira.

Vivemos um momento histórico grave, em que a Nação defronta-se com encruzilhadas e opções políticas, cujas soluções passarão necessariamente pelas instituições.

E nesta busca de soluções estou convencida de que não basta descongestionar a Justiça, não basta recursos materiais e humanos e nem é suficiente o aperfeiçoamento e aprimoramento técnico dos magistrados.

Afinal, os problemas que hoje são proclamados são os mesmos anotados em 1913 pelo ministro Guimarães Natal, da Corte Suprema.

Algumas décadas depois, em 1968, o ministro Aliomar Baleeiro, escrevendo a história do Supremo "O Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido", assentou:

"Certo é que o cidadão da rua, mal informado sobre a invencível carga de trabalho que se abate sobre o Supremo, embora lhe reconheça o papel inestimável de sentinela dos direitos e liberdades individuais, olha de sobrececho cerrado o que lhe parece apenas procrastinação nos julgamentos. E isto se repete sobre o prestígio do órgão junto à opinião pública".



Senhores, mais de duas décadas depois, o discurso do poder é o mesmo. Mas o que é pior, o cidadão de rua já não mais reconhece o papel inestimável da Justiça, de que falava Baleeiro.

Estamos a viver uma fase institucional abalada pela descrença, pela cobrança de soluções e pelo desrespeito institucional dos mais diversos segmentos sociais, onde se questiona até mesmo da divisão tripartite de poder.

Sob o ponto de vista sociológico, é natural e salutar a ebulição que se vivência, porque significa evolução, amadurecimento, procura de soluções efetivas, em clima de exercício de liberdade democrática.

Mas é preciso pressa para estancar a sanha desenfreada de cobranças, evitando-se os incidentes de percurso.

Sem nenhuma pretensão de aqui apontar a solução alquimista para o mal que nos aflige, tenho a convicção de que tudo tem início a partir da consciência política do papel do Judiciário na democracia dirigente e da compreensão quanto à convivência dos Poderes da República.

O Poder Judiciário, dentro da visão democrática moderna, é necessariamente um segmento institucional altamente criativo, estável é bem verdade, mas não imóvel, imparcial, equidistante, como pensou um dia o criador do sistema de freios e contrapesos do Poder.

Sem que haja vontade política de colocar-se o Poder Judiciário dentro dos contornos que se delineiam na vida moderna, acelerada pelas conquistas tecnológicas e angustiada por soluções rápidas e instantâneas, de nada adianta a dogmática, os palácios judiciais, a parafernália da informática e a outorga de meios materiais para vencer a demanda.

Estou certa de que só o amadurecimento político das elites será capaz de solucionar a questão que se destaca agora:

Qual o papel do Poder Judiciário no contexto nacional?

Sem paixões, interesses ou ressentimentos do presente, é preciso vencer o imobilismo, a perplexidade, sacudir a poeira do tempo e proclamar que o Judiciário, modernamente, tem de assumir necessariamente o papel de poder político, inserido nas injunções, embates e crises da Nação, de tal sorte que se possa contrariar Montesquieu e dizer: não existe imparcialidade axiológica de quem também de responsabilizar-se pela arte de governar.

A partir da postura institucional sugerida, resta-me apenas esperar e esperar com denodo, coragem e porque não dizer, uma certa dose de utopia.

E para começar prescrevo a tantos quanto se interessam por soluções efetivas: por favor, enterrem Montesquieu!